



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE SANTANA DO PARAÍSO-MG.**

ROSILENE ASSUNÇÃO CARVALHO DE SOUZA

ORIENTADORA: ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



ROSILENE ASSUNÇÃO CARVALHO DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTANA DO PARAÍSO-MG.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UAB/UnB - Pólo de Ipatinga-MG.

Orientadora: Professora Mestre Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSILENE ASSUNÇÃO CARVALHO DE SOUZA

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTANA DO PARAÍSO-MG.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

ROSILENE ASSUNÇÃO CARVALHO DE SOUZA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Joaquim de Souza Batista, *in memoriam*, e à minha mãe Maria Assunção de Souza, que sempre me incentivaram para estudar, aos quais devo, em grande parte, o que hoje sou.

A minha filha Lorena Carvalho Nicácio, pela compreensão e ajuda. Ao meu esposo Salvador Eustáquio Silveira Duarte, pelas palavras positivas e tolerância pela minha ausência.

As professoras e orientadoras: Edlene Oliveira Silva e Rosania Aparecida Stoco de Oliveira pela colaboração e por acreditarem no meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, que me concedeu a oportunidade de concluir mais uma etapa em minha vida.

À professora Edlene Oliveira Silva, pelo apoio e conhecimentos transmitidos.

À professora Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, pela orientação na elaboração desta monografia e encorajamento contínuo.

À todos que, direta ou indiretamente, contribuiu para a realização deste trabalho.

Meu especial agradecimento à todas as pessoas que colaboraram como participantes da pesquisa.

RESUMO

Na última década percebemos que as organizações não-governamentais e governamentais vem estudando e discutindo sobre a inclusão na rede regular de ensino, nos seus aspectos legais e práticos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) 1990, através da Resolução nº 45/91 de 14 de dezembro de 1990, destaca o termo “uma sociedade para todos”, ou melhor, uma sociedade com direitos iguais a todos os cidadãos. A inclusão ganhou forças através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbe qualquer tipo de exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas. Portanto, mantê-las fora da rede regular de ensino é uma forma de exclusão. O presente trabalho pretendeu estudar a inclusão de deficientes intelectuais em uma escola pública, que atende alunos no Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), no Município de Santana do Paraíso – MG, e ainda, como ocorre este processo, a prática de ensino, o currículo escolar e o plano pedagógico educacional na visão da Gestora, Pedagoga e Professoras. O trabalho fundamenta-se em autores como: Martins (2002), Vieira e Pereira (2003), Ferreira (1994), Soares (1998), Carvalho (2006), Hinde (1979), Vygotsky (2003), Aranha e Laranjeira (1995), Murphy (1988), entre outros. Esta pesquisa foi realizada dentro dos parâmetros metodológicos da pesquisa qualitativa, tendo como instrumento um questionário individual, respondido pelo Gestor, Pedagogo e duas Professoras do 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental, que atendem alunos com deficiência intelectual. Como resultado percebe-se, através das respostas das pesquisadas, uma dificuldade no processo de inclusão, por não possuir aspectos físicos que contribuem para a inclusão; os aspectos pedagógicos são insuficientes para o atendimento aos alunos; não é oferecido pela instituição cursos de capacitação para os professores; no currículo da escola não cita expressamente a forma de como trabalhar o intelecto e o potencial da criança com deficiência; e quanto ao plano pedagógico educacional individual para o atendimento a estes alunos as metas: a curto prazo - o atendimento do aluno na sala de aula e intervenção pedagógica; a médio prazo - entrevistas (*anamnese*) e, a longo prazo - encaminhar o aluno para atendimento especializado; e a ineficiência de recursos metodológicos. Apesar da instituição de ensino ser inclusiva não há profissionais especializados para trabalhar em parceria com os professores, pedagogos e demais profissionais da área com foco no processo ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão, deficientes intelectuais, currículo, interação

SUMÁRIO

RESUMO	06
APRESENTAÇÃO	08
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1 – Educação Especial - Legislação Vigente	13
1.2 – Inclusão	15
1.3 - Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual	16
1.4 – Currículo Escolar	18
1.5 – Interação professor-aluno, aluno-aluno	19
II – OBJETIVOS	22
III – METODOLOGIA	23
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	43
A – Questionário para o Gestor (Modelo)	43
B – Questionário para o Pedagogo (Modelo)	44
C – Questionário para o Professor (Modelo)	45
ANEXOS	46
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	46
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	47
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Gestor/Pedagogo (Modelo)	48

APRESENTAÇÃO

A partir do século XX tem se discutido muito sobre a importância da inclusão na rede regular de ensino, dos direitos e necessidades das pessoas com necessidades especiais. Esta é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa dos direitos de todos os alunos participarem e aprenderem juntos sem sofrerem nenhum tipo de discriminação dentro e fora do âmbito escolar. Necessitamos, ainda, uma dedicação maior por parte do governo e da sociedade em geral, na busca de soluções para que esta traga uma melhor qualidade de vida, um interesse maior por parte dos mesmos e uma participação ativa dentro da sociedade.

Para Vygotsky *apud* Carneiro (1997, p. 101) "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento", isto requer da escola uma nova estrutura, um novo conceito em relação à formação do futuro cidadão e uma visão renovada de seus conceitos e pré-conceitos com relação ao diferente.

[...] é de suma importância ressaltar as vantagens que a integração representa, tanto para os portadores de deficiência quanto para aqueles alunos considerados normais, pelas necessárias modificações do sistema de ensino no sentido de sua mobilização. (CARNEIRO, 1997, p. 34).

De acordo com o pensamento de Vygotsky *apud* Rabelo (1999, p. 20) “uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolvem de forma diferente”. O autor retrata que a criança em sua essência é a mesma, juntas podem se socializar e crescer como pessoa e ser humano. A construção do conhecimento através da interação com seus pares farão com que se sintam capazes de realizar seus desejos, sonhos, vontades como as outras pessoas, mesmo sabendo que terão algumas limitações, e principalmente de ser aceito por todos.

Em 2006 foi aprovada pela ONU – Organização das Nações Unidas a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art. 24).

Existem várias definições para deficiência. A Convenção da Guatemala, internalizada na Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, em seu artigo 1º define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (BRASIL, 2007).

Sobre o termo deficiência mental, Sasaki (2005), faz uma reflexão do uso dessa nomenclatura. Para o autor, apesar de ser amplamente utilizada nos últimos anos já existe atualmente uma tendência de substituir a expressão por deficiência intelectual devido esta se referir ao funcionamento do intelecto e não ao da mente como um todo, o que para ele parece ser mais apropriado.

Em 2004, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde realizaram um evento no Canadá, com a participação de vários países, incluindo o Brasil, que aprovou a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual e esse termo passou a ser utilizado em outros idiomas como o espanhol, francês e inglês.

Como se pode notar no argumento de Sasaki (2005), os transtornos mentais ocorrem em aproximadamente 20% a 30% dos casos de deficiência intelectual, o que torna a questão mais complexa exigindo um constante aprendizado por parte do professor sobre o intelecto e a mente humana, além de diálogos disciplinares que possam fornecer caminhos para incluir alunos com deficiência intelectual e/ou transtornos mentais (“doença mental”) na escola.

Segundo a APAE de São Paulo (2010) as causas da deficiência intelectual são inúmeras e complexas, envolvendo fatores pré, peri e pós natais. O diagnóstico da causa é muito difícil, englobando elementos genéticos e ambientais como quadros genéticos, infecções e drogas na gravidez, dificuldades no parto, prematuridade, meningites, traumas cranianos, etc. Em países desenvolvidos, em 42% dos casos não se encontram "pistas" da origem da deficiência intelectual; 29% é claramente genética, 19% provavelmente genética e 10% é ambiental. Porém, há medidas que podem ajudar a prevenir a deficiência, embora ela possa ocorrer em qualquer família, independente de idade, sexo, classe social, etc.

No entanto, a maior dificuldade em incluir os alunos com deficiência intelectual não é a falta de conhecimento específico do professor sobre o assunto, mas a aceitação da diferença.

Delors (2001) ao refletir sobre as diretrizes da educação do século XXI, nos países em desenvolvimento, fala da necessidade do convívio harmônico entre os diferentes. Segundo o autor,

para poder dar respostas ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: 'aprender a conhecer', isto é, adquirir instrumentos da compreensão; 'aprender a fazer', para poder agir sobre o meio envolvente; 'aprender a viver juntos', a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente 'aprender a ser', via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 2001, p. 89-90).

Desta forma "aprender a conviver junto" propõe o exercício da tolerância, o respeito à diversidade, o sentimento de solidariedade e o trabalho em grupo. Nesse sentido, um dos grandes desafios da inclusão escolar é aceitar e valorizar a diferença.

O comportamento de homogeneização da escola fomentado pela própria estrutura de ensino faz com que seja dificultada a inclusão dos indivíduos com deficiência intelectual e/ou transtornos mentais não só pelo preconceito e atitudes de medo do outro, mas também pelo total descrédito da maioria dos professores em sua capacidade de aprender. É comum escutar dos docentes frases do tipo: "eles dão trabalho" e "puxam o desenvolvimento da aprendizagem da turma para baixo", pois a mentalidade ainda hegemônica na escola é a de valorizar aqueles que aprendem rápido como sinônimo de bons alunos. Tal perspectiva de classificação do sujeito dentro de um padrão considerado normal de sapiência desvaloriza todos aqueles que estão abaixo dos padrões exigidos, contribuindo ainda mais para a exclusão e marginalização dos que possuem deficiência intelectual, o que terminantemente não é o papel da escola.

Segundo Carvalho (2006) a situação de pouca compreensão com relação às potencialidades dos sujeitos que apresentam peculiaridades no seu desenvolvimento cognitivo traz uma série de inquietações sobre as suas possibilidades de sucesso escolar. As dificuldades de inclusão escolar dos portadores de deficiência intelectual relacionam-se ao próprio conceito, ao modo de ver e conceber a deficiência no interior da escola.

O trabalho pedagógico com esses indivíduos deve abranger as diversidades culturais e a diversificação das formas de ensinar dentro da sala de aula. Deve-se ainda, valorizar o seu conhecimento e trabalhar o seu potencial. O papel do professor é muito importante na formação do sujeito, por isto deve conhecer o potencial de cada um, o grau de sua deficiência, e a partir daí trabalhá-las, se constituindo em um mediador do conhecimento. A criança apóia-se sempre no professor, e este deve estar preparado para trabalhar com esta diferença.

Para que a inclusão escolar seja eficaz, a escola deve rever alguns pontos como: conhecer o grau de deficiência e incluir este aluno na mesma classe; capacitar o corpo docente para trabalhar com este tipo de aluno; construir um currículo voltado para trabalhar o potencial dos portadores de necessidades especiais e não somente as suas dificuldades de aprendizagem. Desenvolver uma metodologia adequada para esse tipo de aluno e um plano pedagógico educacional individual para os alunos com necessidades especiais, com metas a curto, médio e longo prazo a serem atingidas.

Vygotsky (1994) problematizando o processo de construção do conhecimento destaca o papel do professor como mediador. O autor utiliza o conceito de “Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP”, definida como “[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (1984, p. 97). Dessa forma, o aluno é capaz de fazer mais com o auxílio de uma outra pessoa (professores, colegas) do que faria sozinha. Sendo assim, o trabalho escolar deve voltar-se especialmente para esta “ZDP” em que se encontram as capacidades e habilidades potenciais, em amadurecimento.

Figueiredo (2002, p.70) chamou a atenção para o papel da escola como mediadora da construção de relações afetivas, sociais e cognitivas, ressaltando que a convivência entre os alunos com deficiência mental e aqueles ditos normais resulta em benefícios mútuos do ponto de vista do desenvolvimento afetivo e social. A escola se constitui, assim, um espaço de convivência e de enfrentamento do múltiplo e do diverso, no qual, pela via de variadas formas de mediação, ocorre a aquisição de instrumentos culturais legados de gerações anteriores.

A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel-chave nos programas relativos às necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiência.

Alunos com deficiência intelectual possuem dificuldades e potencialidades. Nesse sentido, é dever da escola desenvolver as suas potencialidades e auxiliá-los nas suas limitações. Segundo SILVA (2002) a educação especial é uma modalidade de ensino, que visa promover o desenvolvimento global a alunos portadores de deficiências, que necessitam de atendimento especializado, respeitando as diferenças individuais, de modo a lhes assegurar o pleno exercício dos direitos básicos de cidadão e efetiva integração social.

Sendo assim, o interesse pelo tema surgiu pela vivência cotidiana como professora em uma escola municipal de ensino regular, na qual existem alunos matriculados com deficiência intelectual, o que vem preocupando os docentes em relação ao trabalho pedagógico atualmente desenvolvido com esse público e pela falta de preparação dos mesmos.

Desta forma, o objetivo da pesquisa foi estudar a inclusão de deficientes intelectuais em uma escola pública do município de Santana do Paraíso-MG, bem como descrever como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na percepção de professores, gestor e pedagogo, identificar os recursos e metodologias utilizados pelos professores no ensino com alunos com deficiência intelectual, e analisar a aplicação do currículo, para verificar se o mesmo está voltado para trabalhar o intelecto e o potencial da criança, e se possui plano pedagógico educacional individual com metas a serem atingidas.

O presente trabalho foi dividido em cinco tópicos: I - Fundamentação Teórica estudos sobre a Educação Especial – Legislação Vigente; Inclusão; Inclusão de alunos com Deficiência Intelectual; Currículo Escolar e a Interação professor-aluno, aluno-aluno. II; Objetivos do trabalho; III – Metodologia; IV – Resultados e Discussão e; V – Considerações Finais.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 – Educação Especial - Legislação Vigente

A Constituição Federal de 1988 assegura no seu artigo 3º, inciso IV nos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e no artigo 208 como um dos princípios do ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos e, em 1994, a Declaração de Salamanca passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, o Ministério da Educação – MEC publica a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que estabelece o acesso às classes comuns de ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19).

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Artigo 58 “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. E no artigo 59 “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de sua deficiência, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. Define, ainda, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V), e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características

do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37, § 1º).

De acordo com o Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que “assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência” (art. 1º), e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Neste processo de mudanças a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 2º visa que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade de todos” (BRASIL/MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação – PNE (2001/2010), Lei n.º 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Mas de acordo com a Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III).

A legislação atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares". Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a inclusão, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc. Destaca ainda, que o grande avanço que a década da educação deveria produzir será a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana. (Mensagem de veto – Lei nº 10.172/2001 - PNE – MEC, 2001).

1.2 – Inclusão

A inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, voltada para o direito de todos os alunos de freqüentarem juntos na mesma rede regular de ensino, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. Para que a inclusão aconteça de fato, é necessário que todos acreditem na sua eficácia.

Gomes (2008, p. 28) se ampara em Martins (2002) para argumentar que a inclusão surge como um desafio para as pessoas com necessidades educativas especiais, como é o caso das pessoas com deficiência intelectual, mas é uma proposta que visa oferecer oportunidades educacionais adequadas a estes indivíduos, que ao longo dos anos vem sofrendo com o processo de exclusão social. A inclusão seria uma forma de respeitar a diversidade, o diferente, incluindo todos dentro do universo escolar e social. O que, no entanto, pressupõe uma escola e profissionais que sejam capazes de atender às suas especificidades, suas dificuldades, trabalhando suas limitações e habilidades.

Segundo Hallahan e Kauffman (1994) apontam que a proposta de “inclusão total” ainda hoje sofre considerável resistência, com base nos seguintes argumentos:

a) há muitos pais, professores (tanto do ensino regular quanto do especial), especialistas e os próprios educandos que estão satisfeitos com os serviços baseados no *continuum*;

b) para alguns tipos de dificuldade (como as deficiências graves, os graves problemas comportamentais ou as desordens sérias na comunicação) pode ser mais restritiva e segregadora a sala de aula comum do que um tipo de colocação mais protegida e estruturada;

c) nem todos os professores e educadores do ensino regular estão dispostos a, ou mesmo são capazes de lidar com todos os tipos de alunos com dificuldades especiais, principalmente com os casos de menor incidência – mas de maior gravidade – que exigem recursos técnicos e serviços diferenciados de apoio;

d) a afirmação de que as pessoas deficientes compõem um grupo minoritário em luta pelos seus direitos civis, como qualquer outra minoria oprimida e segregada, é um argumento falacioso para sustentar a defesa da “inclusão total”, porque, além de grupo minoritário, eles têm dificuldades centradas nos seus mecanismos de aprendizagem e precisam de respostas educacionais diferenciadas, nem sempre disponíveis na classe comum;

e) um dos principais direitos de qualquer minoria é o seu direito de escolha, sendo que os pais ou tutores desses alunos devem ter liberdade para escolher o que acham melhor para os seus filhos;

f) desconsiderar a evidência empírica de que há eficácia em alguns tipos de resposta mais protegida, para alguns tipos de alunos com dificuldades especiais na escola, seria uma atitude profissionalmente irresponsável e antiética;

g) na ausência de dados que suportem a vantagem do modelo, os educadores e políticos deveriam preservar o contínuo de serviços, para que, em qualquer momento, seja salvaguardada a escolha daquele que se mostrar menos restritivo para as circunstâncias.

Na realidade na inclusão são encontradas práticas e pressupostos bastante distintos, a escola e o próprio governo, dizem que estão realizando a inclusão, mas na verdade o que vemos é apenas uma integração, pois, existe uma grande diferença entre INCLUIR e INTEGRAR. Para haver a inclusão é preciso adequar às instalações físicas, os materiais pedagógicos e um plano de curso específico com atividades diferenciadas e focadas nas necessidades educacionais do aluno, acompanhamento com profissionais especializados da área, especializar todo o corpo docente e demais funcionários da escola para atender esses alunos com eficiência e os mesmos se sintam parte do grupo. Na inclusão é necessário que a escola mude em relação ao aluno.

1.3 - Inclusão de alunos com Deficiência Intelectual

No início do século XIX, no Brasil iniciou-se o atendimento isolado de educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais em instituições residenciais e hospitais, fora do sistema de ensino.

Durante a década de 1950, a escassez de serviços e o descaso do poder público deram origem a movimentos comunitários que culminaram com a implantação de redes de escolas especiais privadas filantrópicas para aqueles que sempre estiveram excluídos das escolas comuns (JANNUZZI, 2004). Portanto, é bem provável que algumas crianças com alguns tipos mais brandos de deficiência tenham sempre tido alguma oportunidade de acesso à escola comum, um fenômeno que a literatura vem apontando como de integração espontânea ou não-planejada, encontrada em países com cobertura deficitária (ODEH, 2000; KRAUSE, 2002).

Foi apenas na década de 1970 que surgiu uma resposta mais contundente do poder público a essa questão (FERREIRA, 1994; MAZZOTTA, 1994; JANNUZZI, 2004). Possivelmente esse avanço foi decorrência da ampliação do acesso à escola para a população em geral, da produção do fracasso escolar e da conseqüente implantação das classes especiais nas escolas básicas públicas, na época predominantemente sob a responsabilidade dos sistemas estaduais (FERREIRA, 1994).

Para Bueno (1993) os resultados dos trinta anos da política de integração escolar tiveram como maior impacto o fortalecimento do processo de exclusão na escola pública de crianças consideradas indesejadas pela escola comum, que eram encaminhadas para as classes especiais.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 3º, entende-se por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Ainda na Resolução CNE/CEB nº 02, no seu artigo 5º, normaliza os educandos com Necessidades Educacionais Especiais aqueles que apresentam no processo educacional: “I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências. II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis. III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes”.

Para que ocorra o processo de inclusão é necessária uma série de medidas e uma reformulação do ensino desde os métodos e plano de ensino, currículos escolares e ainda a capacitação dos professores um dos fatores mais importantes. O atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – N.E.E, na rede regular de ensino, exige muito dos profissionais das várias áreas como psicologia, pedagogia, neuropsicólogo, fonoaudiologia e outros para criar um saber interdisciplinar e a consciência de uma sociedade mais justa para uma convivência com a diversidade.

Um dos desafios pedagógicos da inclusão é a consciência social e política e uma atitude ética e profissional. Uma escola regular de ensino quando recebe um aluno com N.E.E. e não se enquadra dentro dos parâmetros de uma escola inclusiva, tende a ter alunos com sentimento de abandono e rejeição. Esta postura necessita ser repensada.

1.4 – Currículo Escolar

O Currículo Escolar é composto de diretrizes que orienta e possibilita a definição de conteúdos de conhecimento em conformidade à base nacional comum do currículo, bem como à parte diversificada, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, em seu artigo 26 “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Para atender as normas vigentes, a escola deve observar sua história e sua organização interna, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas, e os envolvidos possam participar, questionar e buscar como se constrói, para que serve, a quem se destina e como se programa o currículo.

Segundo Moreira e Candau (2006, p. 86) existem várias concepções de currículo, as quais refletem variados posicionamentos, compromissos e pontos de vista teóricos. As discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos nossos alunos e alunas. Se amparam em Silva (1999), ao afirmarem que, as questões curriculares são marcadas pelas discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade.

Para Gomes (2006) o currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdos. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas. Segundo Silva (1995, p.194) o conhecimento, a cultura e o currículo são produzidos no contexto das relações sociais e de poder. Esquecer esse processo de produção no qual estão envolvidas as relações desiguais de poder entre grupos sociais significa reificar o conhecimento e o currículo, destacando apenas os seus aspectos de consumo e não de produção.

Vieira e Pereira (2003) citados por Gomes (2008, p. 28) propõem que o currículo escolar para alunos com deficiência intelectual deve seguir os seguintes objetivos: - reforço da formação geral; desenvolvimento de aptidões genéricas para a vida ativa e hábitos de trabalho; permitir ao aluno o máximo de desenvolvimento pessoal nas suas vertentes individual e social, respeitando o direito à diversidade; além de incidir nos aspectos físicos,

afetivos e intelectuais de forma global, em cada momento evolutivo e em função dos diferentes contextos da vivência do aluno.

Gomes (2008, p. 28) se apóia em Carvalho (2001) que afirma que na educação inclusiva há a necessidade de que sejam realizadas adaptações curriculares, onde se deve ter atenção especial aos seguintes procedimentos: objetivos, conteúdos, avaliação, metodologia, organização didática, temporalidade e organização curricular. Tais adaptações devem visar às necessidades do aluno, podendo ser aplicadas conforme as necessidades identificadas nos alunos. Essas modificações a LDB 9.394/96 reconhece que devem ser implementadas sobre a perspectiva e ações focadas no trabalho educativo para o favorecimento do desenvolvimento do aluno.

Cabe ainda ao professor dentro da sala de aula ser escritor e leitor, ler para seus alunos e escrever enquanto os alunos ditam. Segundo Teberosky (2003) o professor tanto como escriba como leitor desempenha um papel fundamental:

Quando o professor desempenha o papel de escriba, a criança aprende a participar como produtora de textos aprende a ditar para que o outro produza um texto escrito. Quando o professor realiza a leitura em voz alta, a criança aprende a participar como audiência, porque escutar ler não é algo passível. (TEBEROSKY, 2003, p.126).

Para inserir o ser humano na sociedade ele precisa da leitura e a escrita, pois estes elementos fornecem o acesso às informações, ampliação do vocabulário, e desenvolve a criticidade e a busca de novos conhecimentos nos variados assuntos. Para a criança o processo de aprendizagem da leitura e escrita precisa ter significado, para que ela possa se interessar pelo que está aprendendo e prestar atenção nas palavras quando estas fazem sentido no texto.

Carvalho (2001) citada por Gomes (2008, p. 29) considera que adaptações na prática pedagógica tratam de uma questão um tanto quanto complexa e polêmica, por isso acredita que talvez seja preciso maior compreensão e comprometimento com a proposta inclusiva, seja na escola ou na sociedade. Segundo a autora, adequações curriculares não significam fazer currículo para este ou aquele tipo de aluno, mas sim uma forma de tratar com mais respeito os alunos que necessitam de respostas educativas diferenciadas, a partir de suas características.

1.5 – Interação professor-aluno, aluno-aluno

A relação professor/aluno é um fator importante para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Vários autores como Hinde, Vygotsky, Aranha, entre outros tem salientado esta questão.

De acordo com Hinde (1979), uma relação implica em algum tipo de interação intermitente entre duas pessoas, envolvendo intercâmbios durante um período estendido no tempo, tendo as mesmas, algum grau de mutualidade, de modo que o comportamento de uma leva em consideração o comportamento da outra.

Para Vygotsky (1994) as funções psicológicas superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos, já que no decurso do desenvolvimento, as atividades são inicialmente coletivas/sociais (intersíquicas) para depois se tornarem atividades individuais/propriedades internas do pensamento.

De acordo com Aranha e Laranjeira (1995, p. 9), “[...] é preciso estabelecer, sob novas bases, a relação entre o professor e o aluno, de modo que se repense ambos os papéis, refletindo sobre a bi-direcionalidade e a interdependência que configuram as relações pessoais, para que nos fiquem claras as suas conseqüências.”

A sala de aula é o espaço privilegiado de negociações e de produção de novos sentidos e significados. O professor deve conduzir seu grupo de alunos compreendendo e negociando os diferentes processos de significação que envolve o processo ensino-aprendizagem.

Para Murphy (1988) a relação professor-aluno deve pautar-se na confiança mútua, na presença exemplar e na inteireza do professor, pela palavra, e na maneira com que o professor promove métodos disciplinados, críticos e reflexivos de questionamento e indagação.

Para Vygotsky o professor tem um papel mediador; um elo entre o conhecimento e o aluno. “Por isso, o professor desempenha um papel ativo no processo de educação: modelar, cortar, dividir e entalhar os elementos do meio para que estes realizem o objetivo buscado.” (VYGOTSKY, 2003, p. 79).

O professor é o organizador do ambiente social (VYGOTSKY, 2003), que é o fator educativo por excelência. E o aluno é aquele que dirige o seu próprio processo de aprendizagem.

Assumir o papel de professor deve, primeiramente, ter metas e objetivos, saber o que irá ensinar, seguir um plano de ensino e se desdobrar em várias funções para atender o desenvolvimento do seu aluno. E o maior desafio é descobrir qual o melhor método a ser usado para que o mesmo adquira o seu conhecimento.

Baseando-se no princípio de que todos somos cidadãos, capazes de produzir conhecimento, respeitadas nossas características individuais, nossas condições de existência, se impõe a necessidade de que seja assegurado o espaço de todos na formação escolar de qualidade e adequando condutas e estratégias metodológicas que atendam as necessidades diferenciadas, dentro do contexto global da construção de conhecimento sem preconceitos e

discriminações. Pois o direito de construção do conhecimento é direito de todos, e o desenvolvimento humano ocorre através da interação dos indivíduos entre si e entre indivíduos e o meio em que vivem.

II - OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Estudar a inclusão de deficientes intelectuais em uma escola pública, que atende alunos no Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), no Município de Santana do Paraíso - MG.
-

Objetivos Específicos:

- Descrever como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual, segundo a percepção de professores, gestor e pedagogo;
- Identificar os recursos e metodologias utilizados pelos professores no ensino com alunos com deficiência intelectual;
- Analisar a aplicação do currículo na escola, para verificar se o mesmo está voltado para trabalhar o intelecto e o potencial da criança, e se possui plano pedagógico educacional individual com metas a serem atingidas;

III- METODOLOGIA

3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Para tentar compreender e investigar sobre a inclusão de deficientes intelectuais no ensino regular optou-se por trabalhar sob a ótica da pesquisa qualitativa. De acordo com Ludke & André (1986, p.11-12) a pesquisa qualitativa, os dados coletados são analisados e discutidos, preocupando-se prioritariamente com o processo da pesquisa e verificando como o problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações do cotidiano.

Para Miranda (2003, p. 79) o planejamento da pesquisa qualitativa precisa ser feito de acordo com as necessidades do trabalho, pois os investigadores qualitativos partem para um estudo munido dos seus conhecimentos e da sua experiência com hipóteses formuladas com um único objetivo de serem modificadas e reformuladas à medida que vão avançando.

Os instrumentos qualitativos podem ser de expressão individual, oral e escrita, ou interativos. A produção de conhecimento se dá através de caráter interpretativo-constructivo que enfatiza a necessidade que este tem que ser construído em relação com o que expressa o sujeito estudado. Nenhuma expressão do sujeito pode ser assumida de forma direta pelo investigador fora do contexto geral que ela se produz.” “O trabalho de campo pressupõe a participação espontânea do investigador no curso cotidiano da vida dos sujeitos investigados, não só no meio estudado, mas também na instituição estudada, a qual conduz a informações de importantes redes de comunicação que permitem, por sua vez, a expressão cotidiana dos sujeitos estudados, fonte excepcional para a produção de conhecimentos psicológicos, configurando assim um processo contínuo de retroalimentação. (GONZÁLEZ-REY, 1997, p. 87).

Na citação acima, o instrumento a ser utilizado pode ser adquirido de diferentes formas de expressão do sujeito investigado, fazendo parte às formas orais e escritas, como diz González-Rey (1997) “pois uma atua como elemento descentralizador e a outra dá ao sujeito uma reflexão crítica sobre sua própria experiência. E o trabalho de campo fornece informações que contribui para o estudo em curso.

3.2 - Contexto da Pesquisa

A Escola Municipal pesquisada que neste trabalho chamaremos de “Cinderela”, atende alunos no Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano). Ela recebeu o nome em homenagem a um cidadão da cidade, que muito contribuiu para a formação e progresso do município. A escolha desta Unidade de Ensino ocorreu pelo fato de lecionar na mesma e, desta forma, poder refletir sobre o processo de inclusão de deficientes intelectuais que vem ocorrendo na mesma.

A Unidade Escolar está situada no centro da cidade, com extensão de salas em rua próxima. A região onde está instalada é predominantemente voltada para residência e pequenos e médios comércios. Atende aproximadamente um total 656 alunos, sendo 456 da sede e 209 no anexo (devido à grande demanda a escola não possui espaço físico suficiente para todos). Os alunos atendidos moram na área central, bairros circunvizinhos e zona rural. É importante salientar que o município oferece transporte escolar para os alunos da zona rural.

Em 2006, a escola optou pelo Ensino Fundamental de 9 anos, oferecido em duas Etapas: Ciclo Inicial de Alfabetização e o Ciclo Complementar de Alfabetização. Em conformidade com a Resolução 469 de 22 de dezembro de 2003, oferece também a EJA- Educação de Jovens e Adultos, de 1ª à 4ª série com funcionamento em Etapas: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapa. Em conformidade a Portaria 424/98, atualmente é oferecido o Ensino Fundamental dos anos iniciais até 5º ano e o ensino do EJA (Educação de Jovens e Adultos) funcionando em três períodos: 1º turno 07h00min às 11h15min, 2º turno 13h00min às 17:15min. e 3º turno de 17h15min às 21h15min, sendo que nos turnos matutino e vespertino funciona o ensino de 1º ao 5º Ano e, no turno noturno, o ensino da EJA.

A clientela predominante é considerada de classe baixa. Alguns são filhos de pais separados que moram com os avós, outros vivem em famílias constituídas tradicionalmente pai mãe e irmãos. A maior parte dos pais são operários de empreiteiras e/ou autônomos e mães que são diaristas, sem renda fixa, com uma jornada de trabalho intensa. Como consequência, os pais dão pouca assistência escolar aos filhos o que acaba por gerar alunos que administram sozinhos a vida escolar, ocasionando baixo índice de aprendizagem, indisciplina, falta de interesse em participar de eventos e programas, pouco hábito de estudo, falta de limites, baixo nível de estima, alunos com um crescente nível de agressividade.

Com relação aos **recursos físicos, materiais e humanos**, deve-se levar em consideração que existe duas realidades o da sede que apresenta espaço físico consideravelmente adequado sendo composto por 7 salas de aula, sala de direção, secretaria e sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, espaço coberto para apresentações, e uma quadra poliesportiva. Enquanto o Anexo tem algumas deficiências na estrutura física, principalmente para o atendimento de alunos com necessidades especiais.

Quanto aos recursos materiais apesar de dispor de 1 notebook; 1 compact Disc Dwyer CD 4149; 1 Stoner – 2 aparelhos de som microssistem; 1 caixa acústica; 1 microssistem; 1 DVD com karaôquê com 2 microfones; 1 DVD comum; 1 microfone; 2 televisores, quadros negros em todas as salas, esses materiais são insuficiente para os trabalhos telecomunicacionais.

É importante salientar que a escola dispõe de 66 funcionários, sendo 35 professores, destes 99% possuem habilitação superior e 1% com formação ensino médio. Na área pedagógica e administrativa o quadro de pessoal conta com uma Diretora, duas Vice-diretoras com curso de graduação em Geografia e Letras, duas Pedagogas formadas em Pedagogia, uma secretária e uma auxiliar de secretaria nível médio, os demais funcionários são auxiliares de serviços gerais e vigias com habilitação para o exercício.

Percebe-se que os funcionários assumem com responsabilidade os ofícios da função, trabalhando com compromisso, dedicação, respeitando as normas regimentais do estabelecimento e buscando oferecer sempre uma educação de qualidade.

Na escola existe um Projeto de Intervenção – PRALER, enviado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Santana do Paraíso, com a proposta de formação e alfabetização dos alunos que encontram-se com dificuldades de aprendizagem. As turmas são reorganizadas de acordo com as dificuldades apresentadas, enturmando-as por grupos distintos, conforme os aspectos avaliativos: Grupo 1 – habilidades psicomotoras básicas; vocabulário limitado; dificuldade quanto a: o traçado de letras e números, noção de quantidade e conceitos matemáticos, associação de imagens. Grupo 2 – vocabulário básico; ortografia deficiente; dificuldade de sistematização da palavra escrita (frases e textos) e resolução de problemas simples de matemática; não reconhece classes e valor posicional de números. Grupo 3 - dificuldade moderada na estruturação textual, ortografia, pontuação, paragrafação, organização. Elementos coesivos, idéia de número, reconhecimento de classes e ordens, leitura e escrita de numerais e resolução de problemas. Sendo o Público Alvo crianças de 7 a 10 anos. Estes alunos são atendidos pelo professor oficinairo que trabalha com o mesmo grupo nas escalas todos os dias da semana. Atende duas horas em cada turno diariamente para a sistematização dos quatro pilares básicos e imprescindíveis: - sistematização da leitura e escrita; - linguagem; - psicomotricidade; - raciocínio lógico-matemático.

Garantir aos alunos essa qualidade que promova a formação integral é necessário aprender a conhecer, aprender a fazer para ser agente ativo e transformador da realidade é que se propõe um trabalho dinâmico, participativo e integrado com a família e com outros segmentos da sociedade para que a escola atenda às atuais exigências da vida social: oferecendo, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras para a inserção social.

3.3 - Participantes

Para realização do presente trabalho o público alvo foram duas professoras que lecionam no 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental, e atuam com alunos com deficiência intelectual inclusas na rede regular de ensino. O critério para a escolha das mesmas foi pelo fato de lecionarem na mesma escola em que leciono e estarem atuando com alunos com deficiência intelectual e, portanto, compreendem como ocorre o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

Participaram também do trabalho a Gestora e a Pedagoga da escola por estarem em contato direto com os alunos com necessidades especiais e acompanhando o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

Em relação as participantes do estudo: todas eram do sexo feminino, com idade variando entre 35 a 56 anos, e exercem suas funções de magistério aproximadamente há 3 anos, na referida escola.

Dentre os sujeitos pesquisados a Gestora possui curso de magistério, a Pedagoga curso superior em Pedagogia e as Professoras curso superior em Letras.

De acordo com o Regimento Escolar da Escola Cinderela as atribuições da gestora são: “I – Administrar o patrimônio da escola que compreende a rede física, os equipamentos e materiais; II – Manter atualizado o inventário dos materiais e bens existentes na escola; III – Zelar pela adequada utilização e preservação dos bens móveis; IV – Racionalizar o uso dos bens e materiais de consumo; V – Coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola; VI – Coordenar a administração de pessoal; VII – Favorecer a gestão participativa da escola; VIII – Gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola; IX – Orientar o funcionamento da escola; X – Participar do atendimento escolar no município; XI – Representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais do município; XII – Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola;”.

É papel específico do pedagogo “articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando os trabalhos docentes, dos alunos e de seus familiares, em torno do processo ensino-aprendizagem. I – Coordenar o planejamento e implementação do projeto pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola; II – Coordenar o programa de capacitação da escola; III - Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo”.

Para manter e preservar a identidade das participantes neste trabalho foi utilizada a seguinte denominação: Gestora – A; Pedagoga – B; e Professoras – C1 e C2.

3.4 - Materiais

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes materiais:

- 01 computador;
- 01 impressora Epson Stylus TX 115;
- 80 folhas de papel A4;
- 1 caneta preta;
- 8 vales-transporte para deslocamento até a escola.

3.5 - Instrumentos de Construção de Dados

Esta pesquisa foi realizada dentro dos parâmetros metodológicos da pesquisa qualitativa, com objetivo principal de estudar a inclusão de deficientes intelectuais em uma escola pública municipal da cidade de Santana do Paraíso – MG.

O instrumento como ferramenta interativa permitiu provocar a expressão dos sujeitos envolvidos. O instrumento utilizado foi um questionário composto de perguntas abertas. Segundo González Rey (2005) o questionário representa um sistema de indutores pensados em seu conjunto para facilitar a expressão da maior quantidade de informações possível por parte do sujeito, que é obtida por meio de perguntas que possam ter um caráter complementar na expressão da informação sobre o estudado.

O instrumento foi aplicado à gestora A (Apêndice A), Pedagoga B (Apêndice B) e as professoras C1 e C2 (Apêndice C). De acordo com Gonzalez-Rey (1997, p. 87) os instrumentos representam um continuum dentro da investigação, ao longo da qual se relacionam uns com os outros e dão lugar a indicadores sustentados pelas relações entre conteúdos procedentes de instrumentos diferentes.

Responderam ao referido instrumento a Gestora A e a Pedagoga B, por estarem em contato direto com os alunos com necessidades especiais da escola e as duas professoras C1 e C2, por lecionarem e, certamente terem um maior entendimento de como acontece o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual, na Escola Municipal “Cinderela”, no Município de Santana do Paraíso-MG.

Utilizou-se como instrumento quatro questionários, sendo um para o Gestor e o Pedagogo com 8 questões relativa a inclusão dos alunos com deficiência intelectual

(formação, aspectos físicos e pedagógicos, cursos de formação, suporte de profissionais especializados, objetivos propostos dentro do currículo da escola para trabalhar as dificuldades de aprendizagens, e se possui um plano pedagógico educacional individual com metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo). E para as duas professoras contendo 7 questões (formação, recursos utilizados dentro da sala de aula, exemplos da metodologia, interação com os demais alunos e a contribuição da família e dos gestores na formação social dentro do âmbito escolar).

3.6 - Procedimentos de Construção de Dados

Para iniciar o trabalho de pesquisa em campo primeiramente foi feito contato com a escola escolhida para a pesquisa. Em seguida foi entregue uma Carta de Apresentação (Anexo A) à Gestora. Após a escolha dos participantes houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexos B e C) por cada uma. Houve uma conversa com os pesquisados sobre os objetivos do trabalho e, em seguida, o questionário foi entregue às mesmas. Tendo em vista as atividades que exercem na escola foi estipulado um prazo de uma semana para que respondessem o instrumento.

As participantes foram acolhedoras e acharam importante o tema a ser pesquisado, que posteriormente, a pesquisa irá contribuir com o processo de inclusão na referida escola. Tiveram dúvida em responder as questões por não entenderem realmente de como se dá o processo da inclusão na rede regular de ensino. Mas com alguns esclarecimentos sobre o assunto puderam responder e entregar os questionários no prazo estipulado.

3.7 - Procedimentos de Análise de Dados

Os dados coletados com a aplicação dos questionários foram divididos em dois blocos: Bloco A – Análise do Questionário do Gestor/Pedagogo e Bloco B – Análise do Questionário das Professoras.

As informações coletadas foram transcritas em sua integridade e consideradas como fonte de análise, atendendo aos objetivos da pesquisa e pautado na Fundamentação Teórica.

IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A- Análise do Questionário do Gestor/Pedagogo

Para entender o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na rede regular de ensino, foi elaborado um questionário e aplicado para a Gestora A e Pedagoga B que atuam na escola pesquisada “Cinderela”, que após respondido foi analisado os itens e revisitados os autores que falam sobre o assunto, tais como o currículo e o plano pedagógico educacional.

A Gestora A e Pedagoga B quando perguntadas sobre quais são os aspectos físicos e pedagógicos que contribuem para a inclusão na escola disseram que “a escola não possui aspectos físicos que contribuem para a inclusão na escola”.

Sabemos que as escolas precisam de estrutura para atendimento aos alunos e, segundo Leonardo (2008) a inclusão escolar não é apenas retirar pessoas especiais do ambiente excludente e inserí-las dentro da sala de aula, mas adequar todo o ambiente escolar, no que se refere aos recursos materiais e humanos.

Em relação aos aspectos pedagógicos que contribuem para a inclusão a Gestora A respondeu que “são atendidos no PRALER os alunos com dificuldades de aprendizagem”.

Já a Pedagoga B informou: “formação de turmas heterogêneas com reagrupamento; respeito às diferenças; atendimento pelo Projeto de Alfabetização – PRALER, para algumas turmas que apresentam maior dificuldade de aprendizagem – alunos do 2º e 3º anos com proposta de atender outras turmas no futuro.”

Percebe-se ao analisar as respostas da Gestora A e da Pedagoga B a contribuição quanto ao aspecto pedagógico ainda é insuficiente para o atendimento aos alunos com deficiência intelectual, poderia dispor de recursos variados para trabalhar o potencial de tais alunos.

Carvalho (2000) afirma que a organização do atendimento educacional, baseada no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção das barreiras para a aprendizagem. Entre as diversas barreiras existentes, a autora destaca como as mais significativas, as de cunho atitudinal. Destaca ainda o currículo e as relações curriculares, a avaliação contínua do trabalho, a intervenção psicopedagógica, a qualificação da equipe de educadores, os recursos materiais e uma nova concepção de educação especial em educação.

Quando perguntadas sobre a participação dos professores em cursos de formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais a Gestora A e a Pedagoga B responderam que não é oferecido pela Instituição.

Em relação à formação do professor Mantoan (1997) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas. Para Carvalho:

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras [...]. (CARVALHO, 2004, p. 77).

Quando se fala em inclusão de alunos com necessidades especiais em rede regular de ensino para que a mesma seja eficaz precisa de uma série de medidas para o resgate de sua cidadania, não basta promulgar leis que determinem à criação de cursos de capacitação de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública, são medidas eficazes, porém não suficientes.

A Gestora A e a Pedagoga B quando perguntadas sobre o suporte de profissionais especializados responderam que a escola não possui suporte de profissionais especializados para atender alunos com deficiência intelectual visando uma melhor aprendizagem.

Nota-se a falta de apoio do município no cumprimento da lei, pois, é garantido pela Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (Nº 9.394/96), o apoio especializado nas escolas regulares para atender as necessidades educativas especiais dos educandos. Sendo que o processo educativo não é realizado apenas por professores e pedagogos, mas também por outros profissionais capacitados e envolvidos com a inclusão.

Percebe-se que todos os profissionais que se relacionam com as pessoas com necessidades especiais necessitam, conforme apontado por Melo & Ferreira (2009), em sua grade curricular, de um estudo mais amplo sobre os aspectos da inclusão escolar, para que possam colaborar, de maneira eficaz, neste processo.

Em relação aos objetivos propostos dentro do currículo da escola para trabalhar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual a Gestora A respondeu

que “os objetivos são: atendimentos nas turmas, o respeito e a individualidade e a socialização”.

Para a Pedagoga B “respeitar as individualidades; garantir o atendimento do aluno nas turmas; garantir a socialização do mesmo na escola”.

Constrói-se o currículo a partir do projeto pedagógico da escola, orientando as atividades educacionais, como e quando avaliar e com objetivos e metas a serem alcançados. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Para isto é necessário que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não havendo necessidade de construir um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. E estas adaptações implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

De acordo com o Regimento Escolar da escola, em seu artigo 75 “A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo dos temas transversais, de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores e éticas.” Já no artigo 90 - “Tendo como um de seus objetivos o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa da escolaridade, oferecendo indicadores comparativos de desempenho para a tomada de decisões.” Em seu § 1º - “A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem por objetivos: I – diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades com relação aos objetivos propostos;” Com relação ao currículo da escola não cita expressamente a forma de como trabalhar o intelecto e o potencial da criança com deficiência intelectual, mas o professor deve avaliar e registrar todo o desenvolvimento da criança (Portfólio do aluno) e este é recuperado durante o ano letivo, através do Projeto PRALER.

Quando perguntadas se a escola possui um plano pedagógico educacional individual para os alunos com necessidades especiais, com metas a serem atingidas, assim se pronunciaram: Gestora A “possui um projeto para avaliação que está em andamento o PDI, a curto, médio e longo prazo que são: intervenção pedagógica, atendimento em sala de aula, família, aluno, educadores e encaminhar relatórios para atendimentos especializados.”

Pedagoga B “possui um instrumento para avaliação que está em andamento – PDI. Quanto as metas a curto prazo são o atendimento do aluno na sala de aula e intervenção

(possíveis) pedagógica. A médio prazo são realizadas entrevistas (*anamnese*) com o aluno e sua família junto com os educadores. E, a longo prazo, a meta é encaminhar o aluno para atendimento especializado. O relatório é encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação, porém não existe ainda no Município, este tipo de atendimento.

B- Análise do Questionário dos Professores

Com o objetivo de descrever como está ocorrendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual duas professoras responderam também ao questionário que passa a ser analisado tendo por base a descrição e interpretação de suas respostas com o respaldo dos autores que tratam sobre o tema.

Com relação ao questionamento com as Professoras C1 e C2 sobre os recursos utilizados dentro da sala de aula para trabalhar com alunos com Deficiência Intelectual responderam que:

a) Professora C1 utiliza material concreto, quebra cabeça, pintura, colagem e recorte, livros de literatura, brincadeiras, músicas, poesia e outros;

b) a Professora C2 utiliza também material concreto onde eles podem manusear, analisar, tocar (palitos, massinha).

Em relação as metodologias utilizadas com os alunos com deficiência intelectual as pesquisadas citaram alguns exemplos: **Professora C1** - atendimento individual, trabalho em grupo, aulas práticas, atividades diferenciadas e atividades em ambientes variados (vídeo, pátio...) e a **Professora C2** - jogos, brincadeiras envolvendo todo o esquema corporal, trabalhar o lúdico, o faz de conta, músicas, histórias.

O professor precisa buscar soluções fora da sala de aula e com parceria com outros profissionais, mudando sempre os métodos e técnicas para atender esse tipo de alunado e minimizar um pouco de suas dificuldades de aprendizagem.

Portanto, Giné e Ruiz (in COLL, PALACIOS e MARCHESI, 1995, p. 304) dizem que o professor que trabalha com crianças com necessidades educativas especiais deve:

preparar diferentes materiais; organizar a classe de forma que seja possível aprender com diferentes ritmos e de diferentes maneiras, predispondo-se a flexibilizar seu tratamento com os alunos e a captar a melhor maneira de comunicar-se com cada um deles, para ajustar e modificar sua intervenção facilitadora da aprendizagem e do crescimento pessoal.

De acordo com o autor o professor deve conhecer as relações entre as condições da sala de aula e a sua intervenção, e os fatores que interferem na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos.

Quando questionadas sobre como os alunos com deficiência intelectual interagem com os demais alunos dentro de sala de aula assim se pronunciaram:

Professora C1 - “geralmente quer ser o centro das atenções, quer um tratamento especial por que é assim tratado em casa. E, se isso não acontece, entra em conflito, fica agressivo, é individualista”.

Professora C2 - “não tem noção de regras sociais, entra em conflito com os colegas quando os mesmos não fazem o que eles querem”.

É função da escola desenvolver intervenções e oferecer um ambiente favorável ao aluno deficiente para desenvolver sua auto-estima, trabalhando o seu potencial intelectual, valorizando suas habilidades e atividades desenvolvidas e prepará-lo para uma adequada formação profissional e desenvolvimento integral. Segundo Osório (1999, p. 9) “A integração não é só do portador de deficiência, mas de todas as crianças da escola. Ela tem duas mãos, e não apenas o sentido de adaptação dos alunos com necessidades especiais.”

Nos estudos de Sasaki (1997, p. 34-35) revelam que a integração social ocorre pelas seguintes formas:

Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, etc. Pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não-deficientes. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.

As pesquisadas foram questionadas sobre a contribuição da família e dos gestores na formação social dos alunos com necessidades especiais dentro do âmbito escolar.

Para a **Professora C1** - “recebe assistência necessária ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem, tem acompanhamento dos especialistas: fonoaudiólogo, psicopedagogo que contribuem em sua formação dentro do âmbito escolar, quanto ao gestor propicia uma interação entre família/escola”.

Para a **Professora C2** “a maioria das famílias não aceitam que os filhos tenham deficiência intelectual e com isso o gestor fica impossibilitado de encaminhar estes alunos para fazer um diagnóstico mais preciso dos mesmos. Pois estes alunos deverão passar por uma avaliação para verificar as necessidades que terão de ser trabalhadas pelo professor junto aos alunos”.

O gestor desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994) coloca que:

[...] Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a elas seja fornecida a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazê-lo. Eles (administradores e diretores) deveriam ser convidados a desenvolver uma administração com procedimentos mais flexíveis, a reaplicar recursos instrucionais, a diversificar opções de aprendizagem, a mobilizar auxílio individual, a oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidades. Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores, do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

Diretores de escola têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar e via arranjando uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de apoio. Arranjos apropriados para o apoio e o exato papel a ser assumido pelos vários parceiros no processo educacional deveria ser decidido através de consultoria e negociação.

Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9).

Observa-se que o gestor é o suporte necessário aos profissionais envolvidos na educação, se não atuar desta forma contribuirá para o insucesso da inclusão e dificuldade para os mesmos.

Cabe ainda ao gestor promover uma participação maior de outras pessoas dentro do âmbito escolar envolvendo pais de alunos e ex-alunos. Para Davis (2002, p. 34) “O que aproxima os integrantes da comunidade escolar, em maior ou menor grau, são os interesses comuns que compartilham em torno do conhecimento, sejam pais, alunos, professores ou outros protagonistas”.

Os pais devem participar de maneira institucional em várias áreas, exceto na qual seja de competência estritamente profissional. Será por meio de associações que os pais farão ouvir a sua voz coletiva no conjunto do sistema. As associações de pais e mestres poderão influir no sistema educacional como um todo, mediante o diálogo com a administração e sua atuação direta nos órgãos de assessoria em que estão presentes, tais como os Conselhos Escolares. (LÓPEZ, 2002, p.78/79).

Um ambiente escolar com a participação de todos: escola/família/comunidade, faz com que sintam parte integrante da escola e com isto na construção de uma sociedade democrática e possibilitando o convívio com a diversidade.

Como resultado, constatou-se que a Gestora, Pedagoga e as Professoras mostraram certa dificuldade para trabalhar com crianças com deficiência intelectual, pois a mesma não oferece cursos de capacitação para os professores, não possui aspectos físicos e pedagógicos satisfatórios, no currículo não cita expressamente a forma de trabalhar o intelecto e o potencial da criança com deficiência e não há um acompanhamento de profissionais especializados para um maior suporte pedagógico.

Para que a inclusão de alunos com deficiência intelectual se torne eficaz dentro da sala de aula, a participação do professor é muito importante, e em parceria com a escola, não deixando reduzir o aluno à sua deficiência. Pois o aluno tem que conviver com a diferença, pois já vem rotulado pelo meio em que vive.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de estudar a inclusão de deficientes intelectuais em uma escola pública no município de Santana do Paraíso – MG, descrever como ocorre o processo de inclusão segundo a percepção de professores, gestor e pedagogo; identificar os recursos e metodologias utilizados pelos professores; analisar a aplicação do currículo na escola para verificar se o mesmo é voltado para trabalhar o intelecto e o potencial da criança; e o plano pedagógico educacional individual com suas metas a serem atingidas.

A pesquisa mostrou que o processo da inclusão na rede regular de ensino ocorre sem preparação no âmbito escolar, não possui aspectos físicos e pedagógicos satisfatórios, não é oferecido pela instituição cursos de capacitação para os professores; no currículo da escola não cita expressamente a forma de como trabalhar o intelecto e o potencial da criança com deficiência; e quanto ao plano pedagógico educacional individual para o atendimento a estes alunos as metas são: a curto prazo, o atendimento do aluno na sala de aula e intervenção pedagógica, a médio prazo, entrevistas (*anamnese*) e a longo prazo, encaminhar o aluno para atendimento especializado; e ainda falta uma maior preparação dos recursos humanos, metodológicos e materiais didáticos para atender de forma eficaz estes alunos com deficiência.

Para que haja uma escola inclusiva esta deve conhecer como ocorre o processo ensino-aprendizagem com alunos com deficiência, realizar cursos de capacitação dos profissionais da educação, criar um currículo para trabalhar as dificuldades de aprendizagem dos alunos e um plano pedagógico educacional individual com metas a serem atingidas, oferecer o suporte de profissionais especializados para atender estes alunos para uma melhor aprendizagem e a escola deve promover uma participação maior da família, para uma melhor socialização entre escola/aluno/família.

Todo aluno tem condições de aprender, cada um em seu tempo, mas para isto a escola precisa oferecer um ambiente favorável ao desenvolvimento em todos os aspectos. A inclusão não consiste apenas inserir o aluno na rede regular de ensino, mas precisa adequar todo o ambiente físico e humano para que a mesma aconteça. Desta forma acredita-se que a inclusão escolar será de fato consumada.

É de suma importância reconhecer que houve no processo da inclusão um grande avanço, porém, ainda se faz necessário um cuidado especial quanto ao trabalho com esses alunos.

Espera-se que os elementos, reflexões e análises descritas neste trabalho possam contribuir para uma mudança de postura em relação política de inclusão e projetos com um olhar mais atento quanto à diversidade, considerando as diferenças e as especificidades de cada um e assegurando uma educação de qualidade a todos.

REFERÊNCIAS

- APAE (São Paulo). **Deficiência Intelectual – O que é Deficiência Intelectual?** Disponível em: <www.apaesp.org.br/DeficienciaIntelectualHome.aspx>, 2010. Acesso em: 13/09/2010.
- ARANHA, Maria Salete Fábio; SILVA, Simone Cerqueira. **Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2005, v.11, n.3, p. 373-394. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n3/v11n3a05.pdf>>. Acesso em: 01/09/2010.
- ARANHA, M.S.F.; LARANJEIRA, M.I. **Brasil, século XX, última década.** Mimeo, 1995.
- ARANHA, Maria Salete Fábio (org). **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEESP, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Regulamenta a Lei nº 7.853/89. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>>. Acesso em: 11/10/2010.
- BRASIL. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental.** SEESP/SEED/MEC, Brasília/DF, 2007.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** 1990.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em Educação especial. Conferência Mundial de Educação Especial.** Salamanca: s/ed., junho de 1994. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394,** de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, 09/01/2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** – Resolução 2. de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Guatemala, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: janeiro 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <www.acopesp.org.br/resolucoes/federais>. Acesso em: 15/11/2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira Integração/segregação do Aluno Diferente.** São Paulo: EDUC/PUSP, 1993.

CARLO, M.M.R.P. **Se essa casa fosse nossa ... instituições e processos de imaginação na educação especial.** São Paulo: Plexus Editora, 1999.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular.** Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000. P. 95-125.

CARVALHO, M. F. **Conhecimento e vida na escola: convivendo com as diferenças.** Campinas, SP: Autores Associados: Itujui-RS: UNIJUI, 2006.

CARVALHO, R. E. **O Processo de educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** In. ENCONTRO DAS APAES DO PARANÁ (40:2001). Apucarana-Pr. Org. Maraia Amélia Almeida. Anais. Apucarana: Margraff, 2001, P.35-52.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

DAVIS, Cláudia et al., VIEIRA, Sofia Lerche (org.); **Gestão da escola: desafios a enfrentar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2001.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. 2. ed. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1994.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas públicas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, D.E.G. e SOUZA, V. C. (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GINÉ, Climent, RUIZ, Robert. **As adequações curriculares e o Projeto de Educação do Centro Educacional**. In: COLL, César et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOMES, Ana Lúcia Mazeto. **Inclusão Social e Educacional: realidades e perspectivas**. Paraná: SEED, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/560-2.pdf>>. Acesso em: 15/11/2010.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultura, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete, BARBOSA, Maria de Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006. P.21-40.

GONZÁLEZ-REY, F. **Epistemologia Cualitativa y Subjetividad**. EDUC: São Paulo, 1997.

GONZÁLEZ-REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os Processos de Construção da Informação**. [S.I.], Thomson Learning, 2005.

HALLAHAN, Dan.; KAUFFMAN, James. **Exceptional children. Introduction to special education**. 6. ed. Boston: Allyn Bacon, 1994.

HINDE, R. A. **Towards understanding relationships**. New York: Academic Press Incorporation, 1979.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KRAUSE, Renate Frida. **Educação da pessoa com deficiência em escolas comuns nos últimos 50 anos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2002.

LEONARDO, N.S.T. **Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas**. *Psicol Esc Educ*, v.12, n.2, 2008.

LÓPEZ, Jaume Sarramona. **Educação na família e na escola: O que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2002.

LÜDKE, M. & André, M. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão**.2002. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/papet/2002/nt/ta1.5.htm>>. Acesso em: 10 set. 2010.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Políticas de educação especial no Brasil: da assistência aos deficientes à educação escolar**. 1994. Tese (Livre-Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MELO, F.R.L.V.; FERREIRA, C.C.A. **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.15, n.1, 2009.

MIRANDA, A.A.B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. Tese de doutorado em Educação. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba-SP, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **“Currículo, conhecimento e cultura”**. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.83-111.

MURPHY, D. Martin Buber's philosophy of education. Dublin: Irish Academic Press, 1988.

ODEH, Muna Muhammad. **O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não-planejada: implicações para a proposta de integração escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 1, n. 6, p. 27-42, 2000.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky – Aprendizagem e Desenvolvimento: um processo sociohistórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

OSÓRIO, A. **Inclusão e Integração**. Jornal do MEC, Brasília, Ano XI, no. 7, p. 9.

RABELO, Annete Scotti. **Adaptação Curricular na Inclusão**. Revista Integração. MEC/SEESP. ano 9, nº 21, 1999.

RESOLUÇÃO ONU n.º 45/91. 14 de Dezembro de 1990. Assembléia Geral das Nações Unidas - 1990**Organizações do sistema das Nações Unidas e as organizações**. Disponível em: <app.crea-rj.org.br/portalcreev2midia/.../resolucaoonu45>. Acesso em janeiro/2011.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: R.K. SASSAKI (Org.) Vida Independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003. P. 12-16.

SASSAKI, R. K. **Deficiência mental ou deficiência intelectual**. s. l., dez./2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu K. **Revista nacional de reabilitação**. Ano IX. Nº 43, mar. /abr.2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (SMECDEL). Gerência de Seção da Educação. Escola Municipal JDB. **Regimento Escolar**. Santana do Paraíso – MG, 2010.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down. Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em 13/11/2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 190-207.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, P. 69.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEBEROSKY, Ana. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V.R.; JÚNIOR, Roberto dos Santos Bartholo. **O Professor e o ato de ensinar**. Cadernos de Pesquisa. Vol. 35, no. 126. 2005.

VIEIRA, F.D.; PEREIRA, M.C. “**Se houvera quem me ensinara...**” **A educação de pessoas com deficiência mental**. 2.ed., Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

APÊNDICES

A - Questionário Para o Gestor (Modelo)

Prezado (a) Gestor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Inclusão de alunos deficientes intelectuais na Escola Regular e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Rosilene Assunção Carvalho de Souza

1 – Grau de escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Magistério | <input type="checkbox"/> Superior |
| <input type="checkbox"/> Superior Incompleto | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |

2 – Qual o cargo que ocupa nessa Escola Municipal?

3 – Há quantos anos exerce esta função dentro da escola?

4 – Na escola quais são os aspectos físicos e pedagógicos que contribuem para a inclusão?

5 – Os professores participam de cursos de formação para trabalhar com alunos com Necessidades Especiais?

6 – A escola possui suporte de profissionais especializados para atender alunos com deficiência intelectual visando uma melhor aprendizagem?

7 – Quais são os objetivos propostos dentro do currículo da escola para trabalhar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual?

8 – A escola possui um plano pedagógico educacional individual para os alunos com necessidades especiais, com metas a serem atingidas? Cite as metas a curto, médio e longo prazo.

B – Questionário Para o Pedagogo (Modelo)

Prezado (a) Pedagogo (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Inclusão de alunos deficientes intelectuais na Escola Regular e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Rosilene Assunção Carvalho de Souza

1 – Grau de escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Magistério | <input type="checkbox"/> Superior |
| <input type="checkbox"/> Superior Incompleto | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |

2 – Qual o cargo que ocupa nessa Escola Municipal?

3 – Há quantos anos exerce esta função dentro da escola?

4 – Na escola quais são os aspectos físicos e pedagógicos que contribuem para a inclusão?

5 – Os professores participam de cursos de formação para trabalhar com alunos com Necessidades Especiais?

6 – A escola possui suporte de profissionais especializados para atender alunos com deficiência intelectual visando uma melhor aprendizagem?

7 – Quais são os objetivos propostos dentro do currículo da escola para trabalhar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual?

8 – A escola possui um plano pedagógico educacional individual para os alunos com necessidades especiais, com metas a serem atingidas? Cite as metas a curto, médio e longo prazo.

C – Questionário Para o Professor (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Inclusão de alunos deficientes intelectuais na Escola Regular e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Rosilene Assunção Carvalho de Souza

1 – Grau de escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Magistério | <input type="checkbox"/> Superior |
| <input type="checkbox"/> Superior Incompleto | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |

2 – Qual o cargo que ocupa nessa Escola Municipal?

3 – Há quantos anos exerce esta função dentro da escola?

4 – Quais são os recursos utilizados dentro da sala de aula para trabalhar com alunos com Deficiência Intelectual?

5 – Cite exemplos da (s) metodologia(s) para trabalhar com os alunos com deficiência Intelectual.

6 – Como os alunos com deficiência intelectual interagem com os demais alunos dentro de sala de aula?

7 – Qual a contribuição da família e dos gestores na formação social dos alunos com necessidades especiais dentro do âmbito escolar?

ANEXOS

A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a):

Escola Municipal “Cinderela”

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista **Rosilene Assunção Carvalho de Souza** sob orientação, **Rosania Aparecida Stoco de Oliveira**, cujo tema é: A Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual em uma Escola Pública de Santana do Paraíso-MG, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 3107-6831 (Secretaria).

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor Professor,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **Inclusão de alunos com Deficiência Intelectual em uma Escola Pública de Santana do Paraíso/MG**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa um questionário a respeito das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, Inclusão. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico rosiacs@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Rosilene Assunção Carvalho de Souza

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
 Educação e Inclusão Escolar - UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Gestor/Pedagogo (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Pedagogo/Gestor:

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **Inclusão de alunos com Deficiência Intelectual em uma Escola Pública de Santana do Paraíso/MG**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa um questionário a respeito das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, Inclusão. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico rosiacs@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Rosilene Assunção Carvalho de Souza

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,

Educação e Inclusão Escolar - UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____